

**DITOS DE SOFRIMENTO: OS CANAVIEIROS E O TRABALHO ESCRAVO
CONTEMPORÂNEO NA MATA SUL DE PERNAMBUCO.**

José Filipe Teixeira Carvalho

Mestre em História pelo PPGH-UFPE.

Professor do Instituto Federal de Pernambuco

filipecarvalho_@hotmail.com

O trabalho proposto tem por objetivo analisar as falas de trabalhadores que vivenciaram situações do chamado “trabalho escravo contemporâneo” na Mata Sul de Pernambuco, desenvolvendo reflexões sobre esse fenômeno do mundo do trabalho no tempo presente a partir das vivências e percursos dos canavieiros. Pensar essas “memórias do sofrimento” como novos “lugares para a história”, utilizando como lentes a perspectiva teórica de um “espaço de experiência” e um “horizonte de expectativas”, a experiência como uma atualização do passado. Trazemos para esse campo de batalha historiadores a rigor, como, Antonio Torres Montenegro, Arlette Farge, Michel de Certeau, Regina Beatriz Guimarães Neto e Reinhart Koselleck.

Palavras-chave: Trabalho Escravo Contemporâneo, memórias do sofrimento, tempo presente.

Os territórios da dor na narrativa dos canavieiros e a escrita do historiador

A análise histórica tem como foco primordial as relações, os percursos, as práticas, porque através do seu estudo é que se poderão construir outras formas de compreensão, que desnaturalizem a relação ou a representação que procurava associar de forma unívoca o objeto ou a coisa à palavra¹.

No meio do canavial um alojamento insalubre e fétido se mistura aos sentimentos de revolta dos canavieiros. Com as paredes em alvenaria mal acabada, sem mobília, sem banheiros e muitas vezes sem acesso a água encanada e potável, os trabalhadores se queixam: “a gente muitas vez dorme sem tomar banho aqui, que num tem água pra tomar banho, toma

¹ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010. P. 31.

banho ali num riacho que tem aí, vai passando aí, capaz até de pegar uma doença”.² Um riacho de águas turvas, barrentas, é o seu manancial.

Em beliches improvisados, muitas vezes enferrujados, com tábuas como apoio para colchonetes gastos, assim é local destinado ao repouso depois de um dia de labuta sob o sol escaldante. Em fogões e panelas improvisados, muitas vezes utilizando lenha e a criatividade, os trabalhadores inventam uma refeição, pobre em nutrientes para a manutenção de seus corpos. Assim narram o seu sofrimento: “aqui num tem lenha né, pra cozinhar, tem que sair cada cá pra cuidar de seu cume tem que ir atraindo lenha”. “A alimentação aqui é meio difícil, a alimentação daqui é meio embaçado, porque aqui até agora essa alimentação que nós temo, a comida é mal coisada aí, tem que comprar, as vêi a gente mermo que faz”.³ Assim, os trabalhadores vão descrevendo o seu cotidiano nesse mundo do trabalho entrelaçado entre passado e presente.

As narrativas dos canavieiros constituem uma leitura de seu cotidiano, ouvir suas falas é conferir historicidade aos seus discursos, seu arquivamento e análise reforçam os laços do historiador com o seu lugar social.⁴ Assim, o estudo sobre o mundo do trabalho dos canavieiros, a perscrutação de seus sentimentos, a dor, a revolta, a insatisfação, constituem formas de potencializar a denúncia sobre suas condições no tempo presente e seu entrelaçamento com o passado. De acordo com Arlette Farge:

uma vez dado seu lugar as palavras e às situações de sofrimento singular, o próprio historiador deve encontrar palavras para dizê-las, descrevê-las, introduzi-las de maneira pertinente em seu relato, a fim de implicar seus leitores nessas figuras significantes da alteridade que são ao mesmo tempo nossas e longínquas.⁵

Encontramos nas falas de alguns trabalhadores a dor das migrações, a infelicidade de estar fora de casa e de ter sido enganado. Falamos da prática do aliciamento de trabalhadores que são trazidos de outras regiões para os canaviais da Mata Sul de Pernambuco sob o argumento de boas condições de trabalho. Como nos relata um trabalhador:

² COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *SUGAR SLAVES*. Depoimentos de trabalhadores rurais do setor canavieiro da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

³ Ibid.

⁴ CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

⁵ FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. P. 20-21.

chegaram lá mentindo pra gente, disseram que ganhava 480R\$ por mês até 750R\$, aí quando a gente chegou aqui a gente pensa que é uma coisa. Ele disse lá você compra televisão, você compra som, você compra isso e aquilo outro, você compra o que você tem vontade de possuir, você arruma tudo lá, aí a gente pensa que é verdade e vem iludido pra cá e volta arrependido.⁶

Analisar o universo discursivo desses trabalhadores é incorrer em um grande esforço na produção de sentidos e significados para as suas vivências, tecer a história entrecruzando pedaços de vidas, *ditos de sofrimento* que elencam a *dor das migrações, suspensões trágicas da felicidade*. Como nos ensina Arlette Farge:

apreender essa fala e trabalhá-la é responder à preocupação de reintroduzir existências e singularidades no discurso histórico e desenhar, a golpes de palavras, cenas que são de fato acontecimentos. Não se trata a partir daí de acreditar que, graças a essas falas, detemos de fato o real, a realidade, mas de escutar um desafio: entrar através dessas palavras numa das moradas vivas da história, lá onde as palavras formam fraturas num espaço social ou imaginário particular.⁷

As narrativas dos canavieiros acima fazem parte de um conjunto de entrevistas realizadas pela CPT no ano de 2007 com alguns trabalhadores rurais da Zona da Mata Sul de Pernambuco, são “imagens do passado que alcançam legibilidade no presente”⁸, demonstrativo de como formas arcaicas de exploração dos trabalhadores experimentam novas formas de ser presente, se transformando em práticas específicas de exploração.

Nosso estudo tem como recorte a especificidade do trabalho análogo a de escravo no setor canavieiro da Zona da Mata Sul de Pernambuco, particularmente em algumas cidades apontadas pela documentação analisada⁹. Na leitura desses documentos e no seu cruzamento

⁶ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *SUGAR SLAVES*. Depoimentos de trabalhadores rurais do setor canavieiro da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

⁷ FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. P. 16.

⁸ GUIMARÃES NETO, Regina B. As injunções do tempo presente no relato histórico. Experimentar a contemporaneidade. In: *História e historiografia: perspectivas e abordagens*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

⁹ Esse aporte documental é composto por denúncias e relatórios produzidos pela CPT e pela FETAPE e investigados pela Superintendência Regional do Trabalho – PE e pela Procuradoria Regional do Trabalho – PE.

com os relatos orais dos canavieiros, podemos observar condições degradantes e exaustivas de trabalho, negação de direitos trabalhistas, cerceamento da liberdade por meio de dívidas e até morte de trabalhadores nos canaviais por excesso de trabalho.¹⁰

O mundo do trabalho dos canavieiros da Mata Sul de Pernambuco abrange uma multiplicidade de práticas e significados no tempo e no espaço. Suas falas, as condições de produção dos discursos que enunciam, são fragmentos de histórias que atuam como agentes multiplicadores de significados, ajudando a costurar o tecido temático que ora apresentamos. Suas vivências são aqui analisadas a partir de uma história do cotidiano desse mundo do trabalho “assalariado/escravo”, que, de certa forma, refletem suas condições sempre as associando à situação dos tempos dos escravos, como uma marca da memória que não passa e se reproduz dentro de suas realidades de vida e de trabalho.

O trabalho escravo contemporâneo, ou, de outra maneira, trabalho análogo a de escravo, conformação já reconhecida pelo Código Penal Brasileiro desde 1940 pelo artigo 149, sendo revisado no ano de 2003 pela Lei nº 10.803, define como crime: “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”¹¹.

Esses conceitos vêm sendo discutidos e apropriados pela historiografia brasileira como uma forma de trabalho compulsório no tempo presente – fins do século XX e início XXI -, relacionados às configurações históricas de cada região estudada. Embora, formas de trabalho compulsório sempre tenham existido ao longo do tempo, é mister entendermos que o trabalho escravo contemporâneo na Mata Sul de Pernambuco é uma forma específica de exploração do trabalhador, embora estabeleça forte relação simbólica com o passado escravista brasileiro e também com a situação dos canavieiros na chamada condição de morada. Dessa forma, Ângela de Castro Gomes explica que:

São destacadas nessa documentação as cidades de Primavera, Cortês, Ribeirão, Joaquim Nabuco, Palmares e Água Preta.

¹⁰ Trata-se do caso dos trabalhadores Severino Leite da Silva e Marcionildo Pereira de Lucena, na certidão de óbito desse último é colocado como causa da morte “edema agudo dos pulmões + infarto agudo no miocárdio”.

¹¹ Redação dada pela Lei nº 10. 803, de 11.12.2003.

A historicidade dessas formas, combinando linhas de continuidade e descontinuidade através do tempo, adverte-nos tanto para uma tradição de práticas de trabalho compulsório, no Brasil e no mundo, como para as especificidades que tais práticas possam ganhar em determinados períodos históricos... Compreender o fenômeno social designado como trabalho análogo a de escravo como um fato novo da história recente do Brasil que, se de um lado tem relações com práticas seculares de exploração do trabalhador, de outro possui singularidades próprias ao contexto das últimas quatro décadas de sua emergência e disseminação¹².

A História que apresentamos é constituída por essa constelação de fragmentos e narrativas múltiplas, costurando tempos, espaços, práticas e discursos, alinhavando as histórias de vida dos canavieiros à historicidade de práticas de trabalho compulsório na Mata Sul de Pernambuco. Dessa forma, pensamos o ofício do historiador, como bem explicitou o historiador Durval Muniz, como aquele deve “desnaturalizar o presente pelo cotejo diferencial com o passado, que é a de fazer um uso crítico do passado, no sentido de que este deve produzir uma crise em nossa adesão ao presente, em nossa aceitação do presente tal como ele se encontra”¹³.

A historicidade de práticas de trabalho compulsório dos canavieiros

Ó o seguinte é esse, que já fai que eu moro aqui 36 ano nesse engenho, me casei-me aqui, tenho 11 filho... Meus filho trabalha tudo no campo também, corta cana, limpa mato, trabalha no campo¹⁴.

Severina Conceição, uma das entrevistadas no documentário *Sugar Slaves*, constitui uma personagem paradigmática em nossa História, sua fala é um demonstrativo das linhas de continuidade e descontinuidade que particularizam o fenômeno do trabalho escravo

¹² GOMES, Ângela de C. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: **História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v.11, n.1-2, jan-dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008. P. 12.

¹³ ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de. Mundos e imundos de(do) trabalho: por um crítica histórica da categoria trabalho. In: **História, Cultura, Trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. P. 56.

¹⁴ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **SUGAR SLAVES**. Depoimentos de trabalhadores rurais do setor canavieiro da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

contemporâneo na Mata Sul de Pernambuco. Seu depoimento nos ajuda a alinhar a historicidade de práticas de trabalho compulsório no espaço ora analisado.

O depoimento de Severina Conceição demonstra que não é apenas o trabalhador migrante que compartilha das condições de um trabalho análogo a de escravo, mas existem vários trabalhadores rurais estabelecidos nos engenhos que ainda vivem em condições degradantes de trabalho e da própria condição humana. Um passado que é presente. Muitas das práticas estudadas ao longo desse trabalho, apesar de estabelecer forte relação simbólica com o passado escravista da região, acabam por demonstrar também um refluxo de práticas de exploração dos canavieiros que remonta a chamada condição de morador.

No clássico *A Terra e o Homem do Nordeste*, Manuel Correia de Andrade explica que devido o alto custo do trabalhador escravo, alguns senhores de engenho facilitavam o estabelecimento de moradores em suas terras, esses trabalhadores tinham obrigação de trabalharem para a fazenda, geralmente dando dois ou três dias de trabalho semanal a baixo preço ou gratuito para o senhor de engenho. Em contrapartida poderiam derrubar trechos da mata, construir suas moradias e fazer pequeno roçado. “Surgiu, assim, aquilo que se chamou moradores de condição, constituindo grande parcela dos trabalhadores do campo na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX”.¹⁵ Como bem afirmou Christine Rufino Dabat, “após a escravidão, a mão de obra rural empregada nos canaviais foi maciçamente submetida à condição de morador de engenho”.¹⁶

Pensar a relação simbólica estabelecida entre o trabalho escravo, a condição de morador de engenho e o refluxo de algumas dessas práticas no trabalho escravo contemporâneo, é um exercício necessário à compreensão da especificidade de tais práticas no tempo e no espaço, e ao mesmo tempo demonstrar como elas estão imbricadas, sendo atravessadas pelas vicissitudes da história. Dessa forma, torna-se indispensável o estudo das falas dos trabalhadores, a reflexão sobre o seu universo vocabular e a maneira como eles constroem sua condição no mundo do trabalho, condição fundamental na compreensão do percurso e das relações das práticas de exploração na agroindústria açucareira da região.

¹⁵ ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste – 6ª Ed. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998. P. 97.

¹⁶ DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. P. 21.

A trabalhadora Ivete Cavalcante narra uma das práticas de seu universo de trabalho que demonstra uma forte linha de continuidade na exploração dos canavieiros. A sua narrativa é sobre o *vale*. “O vale a gente trabalha e ele passa um papel, ele risca um papel e passa pra pessoa comprar num supermercado, aí a gente não vê o dinheiro, a gente só vê a conta, o total do dinheiro que a gente ganha ele passa, coloca num papelzinho e a gente vai e compra aquele valor que ele botou num papel”.¹⁷ O vale exclui a possibilidade de acesso à remuneração pelo trabalho, deixando o trabalhador condicionado a trocá-lo em estabelecimentos específicos. É importante percebermos como essa prática é atualizada no tempo presente estendendo-se a estabelecimentos maiores, como supermercados, e não apenas o barracão. Outro depoimento nessa perspectiva é do trabalhador Reginaldo Souza:

Tem vez que paga no dinheiro, agora no inverno, paga o inverno todinho no vale. Eu posso chegar com aquele vale, pode ser 100, pode ser 50, pode ser 200, aí eu compro, quando acabar eu digo a ele: agora me dê dois real, que é pro mode eu ir pra casa levar a feira no ônibus, a passagem é dois real, me dê os dois real. Aí ele diz: num do um conto, você tem que comprá-lo todo aqui¹⁸.

Embora a prática do vale tenha sido estendida a estabelecimentos maiores como supermercados, o barracão ainda se faz presente em algumas frentes de trabalho nos canaviais, mesmo não configurando a mesma intensidade. O barracão faz parte da arquitetura de exploração dos canavieiros desde os tempos da condição de morador, trata-se de um estabelecimento comercial de pequenas proporções voltado para o abastecimento de alguns gêneros para os trabalhadores, produtos que são vendidos acima do valor de mercado. “O abastecimento do barracão era limitado aos produtos que o barraqueiro queria oferecer pelo preço que ele estipulava. Assim, faltavam produtos, vendia-se peixe pelo preço da carne”.¹⁹

A análise feita pela historiadora Christine Rufino Dabat sobre a prática do barracão, demonstra como a sua figura central, o barraqueiro, era tido como pessoa de confiança do proprietário, sendo inclusive o responsável pelo pagamento dos trabalhadores no engenho,

¹⁷ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *SUGAR SLAVES*. Depoimentos de trabalhadores rurais do setor canavieiro da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

¹⁸ *Ibid.*

¹⁹ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho*: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. P. 550.

como indica alguns depoimentos no referido estudo. Articulação que muitas vezes era utilizada para manter o trabalhador em uma espécie de servidão do barracão, através do pagamento em vales, ao invés de dinheiro, venda de mercadorias acima do valor de mercado e de inferior qualidade, roubo na pesagem dos alimentos e descontos indevidos na cobrança dos débitos.²⁰

O depoimento do trabalhador rural José de Souza, é exemplar da historicidade dessa prática, de como ela ainda é exercida em uma configuração diferente, mas guardando relações com o passado que é presente. Segundo ele: “a alimentação eles compra aí num supermercado aí em Ribeirão, também compra num outro aí em Gameleira, então se tem um barraco aí, o barraco aí é o mata mata, aí se compra mercadoria por mais do valor”.²¹

A partir das falas de Ivete, Reginaldo e José de Souza, podemos entender como várias das práticas da violência patronal ainda são exercidas por alguns proprietários rurais, reelaboradas a luz do presente, ferindo os trabalhadores com condições degradantes e humilhantes de trabalho.

De acordo com os estudos da historiadora Christine Rufino Dabat, a economia açucareira sujeitou grandes contingentes de mão de obra rural a condições particularmente brutais de exploração²². Seguindo a trilha da historiadora e de outros estudiosos sobre a questão, observamos que a chamada proletarização do trabalhador, produz impactos diferentes nas condições de vida dos canavieiros, o que não podem ser pensados na dimensão simplista do melhor ou do pior, mas da diferença.

A dor das migrações: morte de trabalhadores nos canaviais da Mata Sul de Pernambuco

A historiadora Arlette Farge escreveu que não é novidade para um historiador preocupar-se com os laços de seu discurso com a sociedade em que o inscreve, citando

²⁰ Ibid.

²¹ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *SUGAR SLAVES*. Depoimentos de trabalhadores rurais do setor canavieiro da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

²² DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco*, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. P. 21.

Michel de Certeau ela diz que “quando falam da história, estão sempre na história”²³. Essa reflexão demonstra o laço estabelecido entre formas contemporâneas de trabalho compulsório e sua historicidade, um passado que é presente, ou, como nos ensina Koselleck, “a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados”.²⁴ Trazer a tona denúncias do sofrimento humano a partir dos testemunhos é uma maneira de entender a atualização dessas práticas de exploração no interior do fenômeno conceituado como trabalho escravo contemporâneo.

As migrações são condições específicas do trabalho escravo contemporâneo. Encontramos na documentação analisada, trabalhadores que migram para os canaviais da Mata Sul de Pernambuco vindos das regiões do Agreste e do Sertão e também de outros estados como Alagoas e Paraíba²⁵. Isso ocorre, principalmente, na época da safra, quando há uma demanda maior por mão de obra, que devido às condições históricas de pobreza das referidas regiões, acabam por se tornar reservas permanentes de trabalhadores vulneráveis em decorrência de suas ínfimas condições de vida. Embora essa prática já ocorresse desde os tempos da chamada condição de morada²⁶, ela guarda especificidades no tempo presente.

A história que será narrada a seguir trata das migrações trágicas de dois trabalhadores do município de Alagoinha, no Estado da Paraíba, para os canaviais da usina Pedrosa, no município de Cortês, na safra 2009/2010. A documentação com as informações sobre o ocorrido foi produzida pela CPT e pela FETAPE. São dois documentos, ambos dirigidos ao Dr. André Luz Negromonte da Superintendência Regional do Trabalho, o primeiro, em caráter de denúncia dos casos e o segundo lamentando a inoperância sobre o mesmo.

Através de visitas feitas no bairro de Barra de Jangada, município de Cortês, Pernambuco e no município de Alagoinha, Paraíba, a CPT foi informada que dois trabalhadores haviam falecido enquanto trabalhavam nos canaviais da usina Pedrosa, no

²³ FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. P. 07.

²⁴ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. P. 309.

²⁵ ONG Repórter Brasil. **Perfil dos trabalhadores libertados da escravidão**. Informações baseadas nos cadastros na base de dados do seguro-desemprego – 2003 a agosto de 2008.

²⁶ Manuel Correia de Andrade explica que os chamados trabalhadores “de fora” eram aqueles que viviam nas cidades, vilas e povoações da zona canavieira e tinha também os “corumbas” ou “caatingueiros” que residiam no Agreste e Sertão, mas se deslocam todos os anos para a zona canavieira durante a safra, a fim de participar da colheita. Faziam, assim, uma migração sazonal, uma vez que com as primeiras chuvas voltavam para a sua terra. Ver: ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste – 6ª Ed. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998. P. 106.

município de Cortês na safra de 2009/2010. Segundo as informações, ambos os trabalhadores eram de Alagoinha, no Estado da Paraíba.

A Comissão Pastoral da Terra, preocupada com a possibilidade de estar ocorrendo em Pernambuco o que já vinha acontecendo nos canaviais de São Paulo, em que há inúmeros relatos de morte de trabalhadores por exaustão física, se deslocou até a Paraíba para localizar a família das vítimas e obter mais informações sobre as circunstâncias das mortes.

A pesquisa realizada pelos agentes pastorais, revelou que a primeira morte ocorreu em 11 de setembro de 2009, foi do trabalhador rural Severino Leite da Silva, de 49 anos, o mesmo era casado e pai de três filhos, sendo dois homens e uma mulher, natural de Alagoinha, Paraíba, cujo falecimento decorreu de um “INFARTO”²⁷, nos canaviais da Usina Pedrosa, segundo informações dada pela sua irmã.

Seguindo o fio da narrativa de sua irmã, Severino trabalhava na usina há muitos anos e, quando terminava o corte da cana ele ainda ia fazer outras atividades na usina. Ainda foi dito que era mais ou menos umas 10:30 da manhã, quando ele estava trabalhando e morreu segurando uma cana. A pressão arterial subiu demais e ele teve um infarto. A família informou que ele era hipertenso e tomava remédio todos os dias para controlar a pressão.

Segundo familiares da vítima e pessoas próximas, esses casos sempre acontecem com trabalhadores dessa região, do qual muitos saem para trabalhar no corte da cana em Pernambuco. Essa informação pode ser confirmada com outra morte ocorrida no dia 08 de outubro de 2009 quando o jovem, Macionildo Pereira de Lucena, de 24 anos, solteiro, natural também de Alagoinha, Paraíba, faleceu às 11:30, no engenho Barra de Jangada, município de Cortês. De acordo com a certidão de óbito desse trabalhador a causa da morte teria sido um “edema agudo dos pulmões + infarto agudo do miocárdio”. Macionildo havia começado a trabalhar no dia 12 de setembro de 2009, falecendo antes de completar um mês.

A mãe de Macionildo, Dona Neuza, informou a CPT que não queria que o filho fosse trabalhar cortando cana, pois segundo ela, se sabe de muitas mortes de trabalhadores por doença ou por assassinato. Além disso, Dona Neuza falou que no ano passado Macionildo trabalhou 7 meses na mesma usina. Ela lembra que o filho saiu de casa “gordo” e voltou

²⁷ Destaque dado pelo documento.

“magro”²⁸, e que ele dizia que trabalhava como um burro de carga e o que ganhou o ano passado não conseguiu comprar nem a roupa da festa.

Dona Neuza relata que o filho se queixava muito de dores de cabeça, do sol quente e de que tinha de almoçar em pé, sem nenhuma proteção do sol, o que muitas vezes azedava a comida. Também recorda que a água que o filho bebia era de rio e de riacho próximo. Muito emocionada, dona Neuza disse que denunciou o empreiteiro que levou o filho para a usina Pedrosa e que este não apareceu nem para dar satisfação. Segundo o relato da tia de Macionildo, Dona Maria, a usina Pedrosa só pagou R\$180,00 (cento e oitenta reais) à mulher que estava morando com ele, não tendo nenhum direito previdenciário garantido, como pensão por morte, que seria devido no caso.

A visita da CPT ao município de Alagoinha deixou os agentes pastorais estarecidos com esses relatos e extremamente preocupados com o grande número de migrantes daquele município para os canaviais da Mata Sul de Pernambuco para trabalhar nas piores condições de saúde e segurança. Aspectos que indicam além da prática de aliciamento de trabalhadores, trabalho degradante e exaustivo associado à privação de direitos trabalhistas, condições que ferem a própria condição humana dos trabalhadores, demonstrando o caráter descartável assumido pelo trabalho escravo contemporâneo em relação à mão de obra utilizada.

Os familiares de Severino e Macionildo, também denunciaram que além dos dois trabalhadores, outro trabalhador de Alagoa Grande também morreu, totalizando assim, 03 mortes no canavial da usina Pedrosa, apenas esse ano. Esses trabalhadores são levados para trabalhar nas usinas de Pernambuco, por empreiteiros, também conhecidos como gatos, que agenciam os trabalhadores para as usinas, sem qualquer garantia de seus direitos trabalhistas.

O documento é encerrado com um apelo da CPT, solicitando uma atuação urgente e eficaz no sentido de apurar com mais detalhamento as denúncias relatadas pelos moradores de Alagoinha sobre a atuação de empreiteiros e de mortes de trabalhadores nos canaviais da usina Pedrosa, aplicando as sanções cabíveis e prevenindo novas ocorrências lesivas à cidadania dos trabalhadores rurais e à sua própria vida. Assinam o documento: Pe. Hermínio Canova, Coordenador Nacional da Comissão Pastoral da Terra – CPT; Pe. Tiago Thorlby,

²⁸ Grifo dado pelo documento.

CPT; Plácido Júnior, CPT; Aristides Santos, FETAPE e Daniel Viegas, advogado da CPT e da FETAPE.

A trajetória trágica desses trabalhadores, essa dor das migrações, a atuação de entidades como a CPT e a FETAPE, nos indica a complexidade dessa teia de relações que configuram o trabalho escravo contemporâneo. Na análise do documento sobre as mortes desses trabalhadores nos canaviais, podemos observar que essas migrações tem um caráter sazonal, já que o trabalhador Macionildo tinha trabalhado sete meses na referida usina um ano anterior a sua morte.

O primeiro documento analisado sobre o caso foi protocolado pela Superintendência Regional do Trabalho - PE no dia 22 de dezembro de 2009. Um segundo documento protocolado no dia 29 de março de 2010 relata o lamento da Comissão Pastoral da Terra pelo não cumprimento assumido pela Procuradoria com eles e com a FETAPE. Podemos ler no documento a seguinte queixa:

No início, a preocupação e atenção dispensada por todos da SRT nos deu esperança de não mais testemunharmos esses fatos na Zona da Mata pernambucana, além de acalantar as famílias dos trabalhadores mortos, que ainda anseiam por justiça. Assim, nos coube retornar em 30 dias para tomar conhecimento do relatório elaborado pela Superintendência Regional do Trabalho. Entretanto, para nossa surpresa e profunda consternação, depois de 45 dias da reunião mencionada, ao retornarmos ao SRT e nos encontrarmos com a Equipe de Fiscalização Rural (Sr. Rubens e Sr. Henrique por encaminhamento da Sra. Simone Holmes) fomos informados que eles ainda não tinham tido conhecimento dessas denúncias. Procurando por Vossa Senhoria fomos recebidos pelo Sr. Jéferson Lins, que ficou de nos retornar na próxima segunda-feira (15.03.2010) para fornecer alguma informação.²⁹

A luta por todos aqueles envolvidos nos combates contra o trabalho escravo contemporâneo é árdua, permanente e muitas vezes marcada pela decepção com a lentidão do judiciário. As trajetórias, muitas vezes trágicas desses trabalhadores, elencam fragmentos de vida que entrelaçam História e Memória. Histórias alinhavadas umas as outras, numa costura onde os tempos e os espaços se tocam, se entrecruzam, constituindo o tecido da narrativa histórica.

²⁹ Relatório produzido pela CPT lamentando o não cumprimento do compromisso assumido pela superintendência Regional do Trabalho – PE com a apuração das denúncias de mortes de trabalhadores nos canaviais da usina Pedrosa. Documento protocolado no dia 29 de março de 2010.

REFERÊNCIAS:

Bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Jr., Durval Muniz de. Mundos e imundos de(do) trabalho: por um crítica histórica da categoria trabalho. In: **História, Cultura, Trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste – 6ª Ed. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho**: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

GOMES, Angela de C. **Trabalho análogo a de escravo**: construindo um problema. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.11, n.1-2, jan-dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008.

_____. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, nº 64, p. 167-184 – 2012.

GUIMARÃES NETO, Regina B. **História, política e testemunho**: violência e trabalho na Amazônia brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confreça – Mato Grosso. In: *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, v.13, n.1, jan-jun. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2010.

_____. **História, trabalho e política de colonização no Brasil contemporâneo**: discursos e práticas. Amazônia Legal. In: *história, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

_____. As injunções do tempo presente no relato histórico. Experimentar a contemporaneidade. In: **História e historiografia: perspectivas e abordagens**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

Documentos eletrônicos:

BRASIL. **Código Penal**. Art. 149 (redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 28 de julho de 2015.

Fontes orais e escritas:

- Depoimentos de canaveiros da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Entrevistas realizadas no ano de 2007 pelos agentes pastorais da CPT.
- Relatório sobre a morte dos trabalhadores Severino Leite da Silva e Marcionildo Pereira de Lucena por excesso de trabalho nos canaviais da usina Pedrosa no município de Cortês. Documento produzido pela Comissão Pastoral da Terra e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Pernambuco e enviado a Superintendência Regional do Trabalho – PE, protocolado no dia 22 de dezembro de 2009.
- Relatório solicitando medidas para o caso da morte dos trabalhadores Severino Leite da Silva e Marcionildo Pereira de Lucena por excesso de trabalho nos canaviais da Usina Pedrosa no município de Cortês. Documento produzido pela Comissão Pastoral da Terra e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Pernambuco e enviado a Superintendência Regional do Trabalho – PE, protocolado no dia 29 de março de 2010.
- Certidão de Óbito de Marcionildo Pereira de Lucena, Nº 95982. Recife, 9 de outubro de 2009.